



CIDADANIA

Há pouco mais de 90 anos, as brasileiras conquistavam o direito de ir às urnas escolher seus próprios representantes no Legislativo e no Executivo. Mas esse avanço não se transformou na maior participação das mulheres nos Poderes da República

Da luta delas pelo voto ao reduzido espaço político

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

O voto feminino nem sempre foi uma realidade na política brasileira. No início da República, elas não eram consideradas cidadãs dignas de exercer o direito de escolher seus representantes. Apenas em 24 de fevereiro de 1932, as mulheres conquistaram o direito de ir às urnas. Foram abrindo caminho também para a participação na política, mas apesar do avanço, especialistas mostram que o Brasil ainda está longe da equidade na representatividade entre homens e mulheres.

De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o número de candidatas na eleição municipal de 2024 foi de 159.005 (34%) e 304.344 postulantes masculinos (66%). Apesar disso, os dados mostram que o percentual de eleitas teve leve aumento. O número de prefeitas subiu 7%, os de vice-prefeitas, 15%. As vereadoras passaram a 12%.

Segundo a União Interparlamentar (UIP), com a quantidade de mulheres eleitas ao Congresso a cada quatro anos, serão necessários 80 anos para que se atinja a equidade de gênero no Senado e na Câmara. Em 2022, o número de mulheres eleitas teve o melhor desempenho: entre os 513 deputados eleitos, 91 eram mulheres (18%), entre elas duas trans, fato

inédito no Congresso. No Senado, dos 27 eleitos, apenas quatro eram mulheres (14%). Das 81 cadeiras de senadores, somente 10 são ocupadas por mulheres (12%).

Cristiana Bernardes, professora do mestrado profissional em Poder Legislativo do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor) da Câmara dos Deputados e assessora do Observatório Nacional da Mulher na Política, explica que o meio político para as mulheres ainda é muito hostil. "Acredito que a forma mais cruel e mais difícil de lidar é com a violência política de gênero. É uma realidade que todos os países têm, mas, no Brasil, os contornos são muito preocupantes, não apenas durante as eleições, mas também durante os mandatos", afirma.

Para a advogada e especialista em direito eleitoral e processo eleitoral Maitê Marrez, o discurso de que mulheres não votam em mulheres, e que a população feminina não se interessa por discussões políticas, é falso. "Essa questão precisa ser analisada da seguinte forma: existem mais chances de eleição daqueles que têm maior visibilidade. As candidatas não conseguem essa visibilidade, muitas vezes, por conta dos próprios partidos", explica.

De acordo com o Observatório

Rovena Rosa/Agência Brasil



Eleitora e filha na urna. Mulheres são sub-representadas nos espaços de poder e convivem com a violência política

Nacional da Mulher na Política, em 2020 as mulheres candidatas tiveram 5% de chance de êxito na eleição, enquanto os candidatos homens tiveram 15% de êxito. "Esses dados mostram que as candidaturas masculinas continuam muito mais valorizadas pelos partidos", salienta.

Mudança tímida

A advogada afirma, no entanto, que existe uma mudança, mas ainda "tímida". "Os avanços são sempre pequenos, justamente por conta dessa cultura que não permite que mulheres participem de espaços de

poder. Mesmo com a lei eleitoral, que garante 30% das vagas para mulheres, os partidos políticos continuam não dando espaço às candidatas de crescerem no espaço político", argumenta.

Ao **Correio**, a deputada federal Carol Dartora (PT-PR) disse que acredita que celebrar

os 93 anos do voto feminino no Brasil é reconhecer a luta das mulheres para a participação ativa na política. "Como primeira deputada negra do Paraná, carrego essa história de resistência e compromisso com a ampliação da democracia. Ainda enfrentamos desafios, como a violência política de gênero e de raça, mas seguimos firmes para garantir que mais mulheres, especialmente mulheres negras e periféricas, ocupem esses espaços e tenham suas vozes ouvidas", diz.

A professora da Universidade Católica de Brasília (UCB) Kelly Quirino, especialista em gênero e raça, explica que o processo pelo voto feminino começou com um movimento sufragista — na segunda metade do século XIX, na Inglaterra e na França, com um grupo de mulheres, filhas da burguesia. Mulheres com acesso à educação que começaram a questionar por que não podiam votar.

"Houve muito uso legítimo da força por parte das mulheres e, também, repressão policial, por parte das autoridades, para impedir que elas votassem. A mulher era tratada como propriedade dos homens. Era considerada subespécie", observa.

***Estagiária sob a supervisão de Fábio Grecchi**

RIO DE JANEIRO

Ativistas "escracham" acusado de tortura

Ativistas da organização Levante Popular da Juventude fizeram um protesto, ontem, em frente à residência do general reformado do Exército José Antônio Nogueira Belham, no Flamengo, na Zona Sul do Rio de Janeiro. Ele comandou o Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna do Exército (DOI-Codi), um dos principais órgãos de repressão da ditadura militar, de 1970 a 1971. Nesse período, o ex-deputado federal Rubens Paiva teria sido morto dentro da unidade.

No asfalto, em frente ao prédio, os participantes do protesto pintaram a frase "Ainda Estamos Aqui", em referência ao filme que narra a história da família Paiva, e levantaram cartazes com fotos de Rubens e de outros mortos e desaparecidos pelo regime militar.

Os organizadores daquilo que classificaram como "escracho" contra Belham pretendem aproveitar a visibilidade do filme para pedir a exclusão, da Lei da Anistia, de crimes como ocultação de cadáver e desaparecimento forçado. Os ativistas pedem, também, que os militares que atuaram como torturadores na ditadura sejam expulsos das Forças

Jeff Augusto/Redes sociais



Estudantes foram à casa do general Belham, que dirigia a unidade do DOI-Codi onde Rubens Paiva foi morto

Armadas e percam os benefícios da carreira militar.

Em 2014, a Comissão da Verdade concluiu que Belham foi um dos responsáveis pela morte de Rubens Paiva, a partir de provas documentais e de depoimentos de ex-agentes da repressão. Em depoimento à comissão, o militar

disse que não tinha conhecimento de torturas cometidas e que estava de férias na data provável da morte do ex-deputado. A comissão retrucou seu depoimento, desmentido pelas provas colhidas.

Após o depoimento, Belham foi denunciado pelo Ministério Público Federal (MPF), com

outros quatro militares, pela morte do ex-deputado. O processo foi arquivado com base na Lei da Anistia, mas será reanalisado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Apenas dois dos acusados ainda estão vivos: Belham e o major reformado Jacy Ochsendorf e Souza.

RJ e EUA alinhavam acordo que enquadra CV

A Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro negocia com o governo dos Estados Unidos que reconheça o Comando Vermelho como uma organização criminosa transnacional. O acordo é uma sugestão do comando da Polícia Militar fluminense, que apresentou um dossiê, em agosto de 2024, sobre as atividades internacionais da facção e solicitou um acordo de cooperação técnica com os

norte-americanos.

O relatório se baseia no fato de que, em 2023, a PM apreendeu um fuzil de origem americana a cada dois dias. A maior parte das armas pesadas (como fuzis, rifles e escopetas) que circulam entre as facções criminosas brasileira é de fabricação norte-americana, mas é frequente a apreensão, também, de material que vem da Alemanha, Rússia, Chéquia e China. A vantagem do

armamento que vem dos EUA é a grande compatibilidade de munições, peças de reposição, facilidade de manuseio e manutenção, durabilidade e preço.

Segundo nota da secretaria, caso o acordo de cooperação seja fechado "o governo do Rio passaria a contar com uma cooperação internacional para combater, de forma mais eficaz, a lavagem de dinheiro e o tráfico de armas no Brasil". "A preocupação

são as rotas de cocaína, que o CV vem tentando dominar, no norte do país. Já o nosso interesse são as armas que entram no Rio de Janeiro, pois a maioria é americana", frisou o secretário de Segurança Pública Victor Santos.

Membros da Secretaria de Segurança e integrantes do Serviço de Segurança Diplomática do governo norte-americano já se reuniram para definir os termos do acordo de cooperação.

SOCIEDADE

Evento celebra 40 anos de democracia

» BIANCA LUCCA

Em 15 de março, o Brasil completa 40 anos ininterruptos de democracia. Para celebrar a data, a Fundação Astrojildo Pereira organizou o seminário *Democracia 40 Anos: Conquistas, Dívidas e Desafios*. Será no Panteão da Pátria e Liberdade Tancredo Neves e reunirá nomes do cenário político, jurídico e acadêmico para debater a democracia brasileira.

O ex-presidente José Sarney, que assumiu a Presidência da República devido à doença que levou o presidente Tancredo Neves à morte, será reconhecido pelo papel na consolidação da democracia — que resultou na Constituição de 1988 e na estabilidade econômica a partir do Plano Real.

Ao **Correio**, Sarney afirmou: "Estamos celebrando, este ano, nossa volta ao regime democrático. Criamos instituições tão fortes que resistiram a dois impeachments e a uma tentativa de mudança de regime, como estamos vendo na apuração

que está sendo feita pelo Supremo Tribunal Federal (a denúncia de tentativa de golpe de Estado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e 33 pessoas)", frisou, na entrevista publicada na edição de domingo.

O evento terá a participação do ex-presidente uruguaio Julio María Sanguinetti; da ex-presidente chilena Michelle Bachelet (por vídeo); de Maria Corina Machado, líder da oposição venezuelana à ditadura de Nicolás Maduro; da ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal; e da ministra substituta do Tribunal Superior Eleitoral Vera Lúcia Santana Araújo.

Segundo o ex-ministro Cristovam Buarque, inspirador do evento, é essencial discutir as "dívidas" da democracia com a população. Serão debatidos temas como desigualdade de gênero e racial; relação Forças Armadas-democracia; e desafios que as novas tecnologias impõem à liberdade política. Confira a programação no site do **Correio**.

» Portela defende Janja por divulgar segredos

Em uma visita aos barracões das escolas de samba no Rio de Janeiro, na sexta-feira passada, a primeira-dama Janja Lula da Silva divulgou detalhes das alegorias da Portela e provocou revolta entre os apoiadores da escola de samba. Após a repercussão negativa entre os portelenses, a agremiação saiu em defesa dela e disse que "erros acontecem". Janja visitou os barracões da Portela e da Beija-Flor de Nilópolis, na zona portuária do Rio. No Instagram, ela compartilhou a visita, mostrando detalhes das alegorias da escola de Madureira. Com a repercussão, as imagens foram apagadas. Em nota, a Portela disse que "foi um erro o que aconteceu, mas que não vai estragar nenhuma surpresa para o Carnaval da Portela". E acrescentou: "Isso não é nem 1/3 do que a gente vai apresentar no dia do desfile. Foi mais um descuido. De repente, erros acontecem".